

# eduardoleite

vice Delegado Ranolfo







## NOVOS RUMOS PARA O RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul vive um momento de dificuldade extrema. Sufocado pelo volume do que deve, cada vez mais desidratado em suas receitas e deficiente na entrega de serviços ao cidadão, o Estado colhe o resultado da sucessão de governos imprevidentes, de décadas de irresponsabilidade com as contas, de crescimento desordenado da máquina sem correspondência no interesse público.

No contexto da gestão pública re-

petir fórmulas antigas que levaram o Rio Grande do Sul a situação atual só agravarão as dificuldades já enfrentadas nas diferentes áreas.

Já não provemos eficiência na educação, capacidade nos cuidados médicos ou suporte às cadeias produtivas e à atividade econômica em geral. São todas áreas em que a qualidade está em queda livre. A única sensação em alta é a de insegurança, é o medo de sair à rua, a constatação da violência crescente e fora de controle. Sem uma mudança profunda, o Rio Grande do Sul experimentará muito em breve uma realidade sem volta, que vai comprometer para sempre a ambição das novas gerações e soterrará de vez o sonho do gaúcho em um dia voltar a ver restituída a grandeza que já teve, um Estado de vanguarda, protagonista, exemplo para o Brasil.

A situação é de emergência intensa e só poderá ser superada com medidas também emergenciais. Para sair dela é preciso a coragem de romper com velhos conceitos e a ousadia de propor novas formas de convivência e relacionamento com a sociedade.

Repetir fórmulas antigas só agravará as nossas dificuldades. A sociedade gaúcha precisa renovar-se, inovar--se, necessita de um novo pacto. E é isso que este documento propõe.

Nosso programa de governo baseia-se no movimento Rumos, uma plataforma colaborativa, plural e inovadora, com a participação de partidos políticos, entidades e da sociedade civil, cujo objetivo é propor alternativas para o futuro.

O Rumos reuniu nos meses de maio e junho deste ano painelistas de renome e 440 especialistas em gestão e finanças, desenvolvimento, educação, segurança e saúde, desenvolveu dezenas de workshops para produzir um retrato realista da situação atual do Estado. Mapeou 441 lacunas e formulou 396 propostas de melhoramentos.

Nosso Plano de Governo se apoia na colaboração da sociedade, manifesta por meio desse movimento e estruturada nos seguintes eixos estratégicos:

I – Governança para uma agenda co-

II – Estado sustentável

III – Sociedade com qualidade de vida

IV – Desenvolvimento empreendedor.

A proposta metodológica e o diálogo plural que o Rumos proporcionou atraiu diversos colaboradores. Ao identificarem essas convergências, PSDB, PTB, Progressistas, PPS, PRB, PHS e Rede, partidos com posicionamentos diferentes no espectro político e com ideias diversas sobre a gestão pública, se uniram para trabalhar por um projeto comum.

Deixar de apresentar apenas políticas de governo e estimular a criação das políticas de Estado, transcendentes, é o primeiro passo para combater uma das principais causas que nos levaram ao cenário atual – a não continuidade de políticas públicas iniciadas em governos anteriores.

O Rumos propõe um Estado eficiente, nem mínimo nem máximo, do tamanho adequado, que utilize ferramentas estratégicas modernas, capaz de dar respostas à população

e que caiba no bolso do contribuinte.

O Rumos é o esteio para o novo pacto pelo resgate do Rio Grande do Sul. Este Programa e a síntese das nossas ideias para transformar essa realidade e reaver o nosso protagonismo.

Vamos fazer juntos um Rio Grande melhor!





# 4 EIXOS

## QUE ESTRUTURAM O PROGRAMA

1

GOVERNANÇA PARA UMA AGENDA COMUM 2

ESTADO SUSTENTÁVEL (PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS) 3

SOCIEDADE COM QUALIDADE DE VIDA (SOCIAL) 4

DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR (DESENVOLVIMENTO)

#### RIO GRANDE DO SUL EFICIENTE E MOBILIZADOR

#### Sociedade com qualidade de vida

Segurança

Educação

Esporte e Lazer

Saúde

Inclusão Social

Cultura

#### Desenvolvimento Empreendedor

#### Econômico

- Agronegócio
- Agricultura Familiar
- Cooperativismo
- Indústria, Comércio e Servicos
- Financiamento
- Turismo
- Habitação
- Emprego e Renda

#### Inovação e Ambiente

- Ambiente Regulatório
- Licenciamento
- P&D
- Investimento

#### Infraestrutura

- Logística
- Energia
- Saneamento

#### Estado Sustentável

Planejamento

Equilíbrio Financeiro

Gestão

#### Governança para uma agenda comum

Consenso Estratégico

# A SAÍDA PARA O RIO GRANDE DO SUL É VOLTAR A CRESCER!

É certo que vivemos a crise estrutural mais dramática da nossa história. Exceto em épocas de guerra, as Revoluções Farroupilha, Federalista e de 1922, nunca tivemos um nível de segurança tão precário, uma saúde tão frágil, uma economia tão combalida, um contribuinte tão penalizado e uma educação tão ruim. Em comparação com as outras unidades federativas, para quem já fomos exemplo, o panorama piora a cada ano. O gaúcho não se conforma.

O Estado, que está na raiz da crise, agravada mais ainda pela recessão dos últimos anos, cobra caro demais para existir. Perdeu receitas durante décadas e, salvo exceções, nunca reduziu despesas.

Esse Rio Grande perdulário, que desdenha da austeridade, de expressão cada vez menor, deveria ser, na realidade, apenas um meio para facilitar a vida da sociedade, não um fim em si mesmo.

O Estado teria de viver para o bem da sociedade. Não há sentido em a sociedade sacrificar-se para sustentá-lo. Não é o Estado que nos engrandece. Quem fez o Rio Grande grande foi seu povo, não os governos.

E aí está a chave com a qual viraremos esse jogo.

É preciso liberar espaço para a energia e o talento empreendedor, habilidades que ninguém precisa nos ensinar pois elas estão no nosso DNA. É imperioso dar oportunidade para o gaúcho mostrar o que sabe bem: gerar desenvolvimento, emprego, renda, exercitar seus dotes, aquecer a economia.

Ao governo cabe desatar os nós que travam essa energia: reduzir a carga tributária, a burocracia, abrir-se à iniciativa privada para melhorar a infraestrutura, tornar-se mais leve, mais útil, pesar menos nos ombros dos cidadãos.

O Rio Grande passa por um sério período de mudança de perfil demográfico. Nossa população envelhece mais que rejuvenesce. Teremos. em consequência, menos mão de obra no futuro. Eis a importância de qualificá-la em níveis de excelência para que possamos nos destacar naquilo que o mercado de trabalho da nova economia irá demandar - e em que já temos tradição. Precisamos, portanto, agir mais e melhor, urgentemente, na qualidade do ensino.

Mas nada adiantará melhorarmos em todos esses segmentos se não atacarmos a violência com prioridade. A segurança de nossas famílias, a tranquilidade de podermos andar na rua, a proteção do Estado à integridade física do indivíduo são indispensáveis.

Uma forte atuação coordenada das forças de combate ao crime em todos os níveis, o uso intensivo da tecnologia, a criação de uma rede de casas prisionais de concepção contemporânea e de eficiência máxima e uma política preventiva junto à comunidade escolar e às novas gerações haverá de devolver às pessoas a faculdade de viver em segurança, sem medo.

Pensamos assim o novo Rio Grande do Sul e neste programa de governo essa é a nossa proposta ao cidadão gaúcho. A saída dos nossos conterrâneos não é o aeroporto, a rodoviária, a BR-101. Ao contrário, a saída é ficar e ajudar para a gente voltar a crescer e mostrar mais uma vez o valor insuperável do povo riograndense.

Mais do que nenhum estado da federação, somos nós do extremo sul que enfrentamos as grandes tempestades da história brasileira, exercitamos a resiliência à exaustão, passamos por cima das dificuldades e aprendemos na prática que poço tem fundo e sempre há saídas.

Agora, de novo, chegou a hora de mostrarmos ao Brasil a fibra que nos constitui, a essência da nossa natureza, a nossa capacidade de superação. Romper o círculo vicioso que nos colocou no limite do abismo e nos reinventarmos como povo é o nosso grande desafio. E é isso que faremos a seguir.

Vamos Rio Grande!



## PARA O EQUILÍBRIO FINANCEIRO

#### **NOVOS RUMOS PARA O REEQUILÍBRIO DAS FINANCAS PÚBLICAS**

O governo do Rio Grande do Sul abandonou a responsabilidade de sua política fiscal entre 2011 e 2014, não só pelo retorno do déficit primário e dos déficits orçamentários, como também por endividar ainda mais o Estado. Não bastasse a expansão descontrolada dos gastos, deixou como legado uma série de obrigações permanentes sem a contrapartida de recursos, inclusive com a ampliação dos saques de depósitos judiciais, comprometendo de forma grave as já combalidas finanças públicas.

O plano do atual governo para as finanças se traduz em três pontos: 1) manter as atuais alíquotas de ICMS para o período 2019 a 2022; 2) esperança na volta do crescimento econômico para elevar a receita tributária e 3) adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

Caso a economia permaneça estagnada, com o retorno das alíquotas de ICMS aos níveis de 2015 e com a retomada do pagamento integral da dívida do Estado com a União em 2019, estimativas das necessidades de financiamento do Estado no período de 2019 a 2022 indicam valores entre R\$ 25 bilhões e R\$ 32 bilhões!

Precisamos modificar este cenário. com medidas mais incisivas para colocar as finanças públicas em um caminho de reequilíbrio!

#### OS PILARES PARA O EQUILÍBRIO **FINANCEIRO:**

- 1. Reduzir o déficit público gradualmente através da retomada da responsabilidade fiscal. O compromisso com o esforço fiscal é condição necessária para se renegociar a dívida junto à União;
- 2. Recuperar o realismo nas fases de elaboração e de execução do orçamento público, com o estabelecimento de previsão conservadora das receitas orçamentárias, em particular da receita tributária de ICMS, e procedimentos que reduzam a inércia dos gastos públicos. No caso de a receita não se comportar como o previsto, é preciso

acionar o mecanismo de contingenciamento das despesas para cumprir a meta fiscal;

3. Retomar a renegociação da dívida pública estadual com a União em condições mais justas e de acordo com os novos cenários econômicos, alongando o prazo de pagamento e realizando novas operações de crédito a fim de garantir as disponibilidades financeiras.

A seguir, destacamos as estratégias gerais para reequilibrar as despesas e as receitas. A condição de sucesso dessa estratégia dependerá do sucesso do consenso estratégico que se deve estabelecer com a sociedade e do comprometimento de todos para vencer os graves desafios que temos pela frente.

#### **AÇÕES VOLTADAS ÀS DESPESAS:**

· Reduzir o ritmo de crescimento da despesa primária para um nível inferior ao da receita primária, diminuindo o gasto de custeio da máquina. Serão aplicadas as vedações previstas no Regime de Recuperação Fiscal, ressalvadas hipóteses asseguradas pela Constituição Federal e aquelas essenciais para reposição de vacâncias e essenciais para sociedade;

- Estabelecer o teto dos gastos públicos:
- Adequação da previdência pública estadual para a realidade atual e futura cuja meta é o equilíbrio e a garantia de sustentação no futuro;
- Vigiar permanentemente os passivos contingentes que podem gerar obrigações financeiras no curto e longo prazo e agravar a debilitada situação das finanças públicas:
- · Revisar a estrutura organizacional da Administração Pública do Estado e eliminar sobreposições de funções e órgãos;

#### **ACÕES VOLTADAS ÀS RECEITAS:**

· Constituir um grupo multidisciplinar, com agentes do setor público e do setor privado, para discutir a revisão dos incentivos fiscais. A situação fiscal impõe a necessidade de analisar os critérios de concessão e de manutenção dos incentivos. O objetivo é propor um plano, de no mínimo quatro anos, de reducão gradual do montante de incentivos ou benefícios tributários. Programas de incentivos fiscais que equalizam a carga tributária das aquisições internas com as aquisicões interestaduais de mercadorias seriam mantidos, beneficiando



todos os setores:

- Influência junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Atuar pelo fim da guerra fiscal e buscar harmonizar e simplificar as normas tributárias. Aplicar incentivos autorizados pelo Confaz para fomentar transações comerciais dentro do Estado, entre os estados e no exterior para gerar mais empregos e renda no mercado gaúcho;
- Reforçar medidas de captação de recursos. Buscar fontes de financiamento no exterior para promover políticas públicas com foco na preservação ambiental, educação e combate à pobreza, sem ônus ao Tesouro estadual;
- Promover a recuperação da dívida dos contribuintes com o fisco estadual e reduzir o estoque da dívida do Estado com pessoas **físicas e jurídicas.** O objetivo é dar liquidez aos passivos e ativos, visando a melhor gestão financeira;
- Desvinculação de Despesas das Receitas. Aplicar norma que desvincula de órgão, fundo ou despesa, das receitas relativas a impostos, taxas e multas, e outras receitas correntes.



## TER MAIS PLANEJAMENTO F GFSTÃO

#### **GOVERNANCA DA REDE DE PLANEJAMENTO**

A formação de uma rede de unidades de Planejamento e Orçamento do Estado oportunizara a formação de uma governança que vai articular e integrar os direcionadores estratégicos propostos pelo Estado para produzir os seguintes efeitos:

- + Aspectos Políticos: racionalidade e celeridade na tomada de decisões com vistas à eficiência na gestão orçamentária, ao cumprimento das metas estabelecidas, aos bons resultados e à redução de custos por meio da pactuação dos objetivos e metas regionais com o respectivo acompanhamento de resultados.
- + Aspectos técnicos: atualização e perenidade da informação com adoção de gestão integrada e padronizada; recursos públicos aplicados

com controle: investimentos com gestão efetiva para o cidadão.

#### **PRIORIDADES**

- + Implementar estrutura de Governança;
- + Integrar o planejamento de Governo aos planos estratégicos de desenvolvimento regionais 2015-2030:
- + Padronizar as estruturas de regionalização utilizadas por diversos órgãos do setor público;
- + Articulação institucional das políticas públicas;
- + Avaliação das políticas públicas de forma continuada;
- + Contratualização de metas com as secretarias;

- + Pactuação dos objetivos e metas regionais com os seus respectivos representantes:
- + Garantir a transparência da gestão pública para efetivo controle social.

#### Um Estado que precisa de Gestão com austeridade, eficiência e inovacão

Diante de sua realidade econômico--financeira, o governo precisa de visão estratégica, realizada por meio de gestão com foco na austeridade: conter as despesas correntes, especialmente as que têm crescimento vegetativo e independem da evolução da receita, aumentar a eficiência de seus recursos humanos e materiais e inovar no setor público por meio de processos interativos com cidadãos, empresas e sociedade capazes de ampliar a transparência e a qualidade de suas ações.

#### **PRIORIDADES**

 Conter o crescimento vegetativo das despesas correntes:

No contexto da crise financeira do Estado, a Gestão enfrenta obstáculos em relação à redução de sua Despesa de Pessoal, bem como a inflexibilidade de gastos. Embora o esforço de alguns Governos em conter esta situação, o crescimento

vegetativo das despesas de pessoal perdura de forma assimétrica comparado ao ritmo de crescimento da receita. É necessária uma política de austeridade acompanhada de medidas de natureza legislativa para readequar tais discrepâncias sob pena de inviabilizar a sustentabilidade do pagamento das obrigações do Estado:

#### • Reduzir custos operacionais e administrativos:

Com o mesmo rigor e austeridade no trato das Despesas de Pessoal, a Gestão deve focar na redução de seus custos de forma a obter eficácia e eficiência em seus processos operacionais e administrativos. Para atingir este objetivo, a adoção de sistemas de controle, monitoramento de custos, bem como o acompanhamento das despesas por centro de custos são compromissos inexoráveis à Gestão:

#### • Substituir a lógica patrimonial pela prestação de serviços:

O Estado possui grande acervo patrimonial distribuído entre imobiliário, mobiliário e frota de veículos. No que se refere ao patrimônio imobiliário do Estado, uma vez organizado e inventariado seu estoque implica em oportunidade de Gestão na possibilidade de alienação, permuta ou aproveitamento para redução de

despesas de locação pela administração centralizada ou descentralizada. Quanto ao patrimônio mobiliário e a frota de veículos, ambos estão sujeitos à depreciação econômica. Não tendo o Poder Público capacidade de provisionar e repor, bem como precificar, no valor dos serviços prestados, seus custos de depreciação incorrem em perda de valor patrimonial e necessidade de recursos orcamentários adicionais.

• Promover maior integração dos serviços com aperfeiçoamento de procedimentos e trâmites burocráticos, bem como fortalecer a interdependência e transversalidade das acões:

Muitos serviços prestados pelo Poder Público necessitam de uma prática operacional com facilidade de acesso pelos usuários, agilidade e confiabilidade na qualidade da entrega dos serviços.

• Fortalecer e alinhar a meritocracia como estímulo à progressão nas carreiras públicas:

A reorientação quanto à progressão e a remuneração das carreiras de servidores deve ser ponto focal pela Gestão de Pessoal, no sentido de condicionar progressão e aumento da remuneração a fatores vinculados ao aumento da produtividade e eficácia. O estímulo deve

ser baseado na qualificação, na clareza e transparência de critérios de valorização das carreiras, bem como na capacitação e aperfeiçoamento como requisitos dessa nova orientacão.

- · Aperfeicoar mecanismos de transparência, governo aberto e accountability.
- Promoção do governo eletrônico como estratégia de ampliação e facilitação do acesso e da participacão da cidadania na administração pública.
- Novos arranjos de políticas públicas que fomentem papel mais ativo dos cidadãos na produção de bens públicos.
- Atuação em redes e parcerias com atores estatais, sociais e da iniciativa privada.
- · Ampliação na utilização da tecnologia de informação para incrementar a qualidade e eficiência na prestação de serviços públicos.

## **VAMOS RIO GRANDE**

## NA FCONOMIA

#### **UM ESTADO QUE ESTIMULA** O EMPREENDEDOR E A COMPETITIVIDADE

O Movimento Rumos para o Rio Grande, a Agenda 2020 e o Mapa Estratégico da Indústria 2018 – 2022 (CNI) apontam com elevado grau de convergência os caminhos a serem seguidos para alcançarmos um ambiente favorável aos negócios no nosso Estado, que sirva de base para a dinamização e recuperação da economia local com efeito na geração de riqueza, emprego e renda.

Conforme a Confederação Nacional da Indústria, é preciso, além de superar os problemas do Custo Brasil, uma agenda orientada ao desenvolvimento de novas competências e mudanças estruturais, executada no âmbito do governo e nas empresas para a construção de uma indústria inovadora, globalmente competitiva e sustentável.

Para enquadrar-se nessa realidade é imprescindível ao Estado o aperfeiçoamento dos processos internos, a revisão dos fatores de competitividade fiadores das relacões internas, nacionais e internacionais

de comércio dos nossos produtores e prestadores de serviços. As políticas estaduais devem contemplar dos micro e pequenos empreendedores às grandes empresas dos diferentes setores da economia, valorizar as vocações locais, valendo-se dos modelos regionais bem-sucedidos em seus segmentos - com replicação em outras regiões do estado – além de intensificar as suas interrelações, criando e fortalecendo mecanismos para manutenção e indução ao crescimento da economia gaúcha.

Buscar maior sinergia com a atuação dos COREDES e das associações de municípios, visando o desenvolvimento regional sustentável alinhado estrategicamente com as políticas públicas e atividades empreendedoras mais vocacionadas em cada região do estado.

#### **AGRONEGÓCIO**

+ Melhoria da logística para o transporte das safras e insumos, por meio da reestruturação das estradas, principalmente as de interligação com os eixos rodoviários (es-



tradas vicinais), além de fortalecer os demais modais de transporte;

- + Ampliação da produtividade das propriedades de pequeno, médio e grande porte, mediante o estímulo da ampla utilização da irrigação na produção agropecuária, da melhoria da qualidade da energia elétrica na zona rural e da armazenagem de produtos agrícolas com altos padrões de qualidade.
- + Introdução de programa de inovação no agronegócio - Agro-Tech, pelo uso de aplicativos e outras ferramentas que permitam o controle da produção, uma cobertura eficiente de telecomunicações, energia necessária à irrigação e contribua para a estruturação de um projeto abrangente de segurança rural.

#### **AGRICULTURA FAMILIAR**

+ Ampliar os programas voltados ao perfil do agricultor familiar que auxiliam desde a produção até a comercialização de produtos e que possibilitem que o jovem permaneca no meio rural ou retorne ao campo. O Estado precisa ser mais engajado no fortalecimento desta atividade, intensificando ações de desenvolvimento da infraestrutura no campo, como a ampliação da rede trifásica, fomento em condi-

- ções atrativas por meio de bancos estaduais, de articulações na busca de recursos federais e internacionais e de promoção da visibilidade e do comércio dos produtos e serviços dos pequenos produtores do meio rural com demais estados e países.
- + Incrementar a assistência aos produtores pela acão da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater RS), universalizar e ampliar as atividades rurais a serem apoiadas tecnicamente.
- + Estimular a estruturação de cooperativas e arranjos produtivos locais (APL) a partir de famílias de pequenos e médios produtores com vista a sua participação em certames e licitações. Para isso, a colaboração de universidades, Emater e organizações sociais será estimulada por programas específicos.

#### **COOPERATIVISMO**

+ Apoiar a estruturação de Cooperativas, aproximando órgãos do Estado com a sociedade civil (p.ex., OCERGS - Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, SESCOOP-RS - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e SENAR) com vistas a ampliar os negócios do cooperativismo nas

diversas áreas, com incremento na utilização de tecnologias para a obtenção de maior produtividade e competitividade do segmento;

+ Fomentar o Cooperativismo com mais linhas de financiamento em condições mais adequadas e redução de entraves burocráticos para concessão de licenças e alvarás, bem como a ampliação do modelo cooperativista para outros setores da atividade econômica.

#### INDÚSTRIA, COMÉRCIO E **SERVICOS**

- + Melhoria do ambiente interno de negócios mediante à simplificação e à desoneração tributária sempre que possível; a redução da burocracia; o controle, a integração e a revisão das regras fiscais com vistas à competitividade da indústria, do comércio e dos serviços; o estímulo ao investimento privado com normas previsíveis e segurança jurídica; a desburocratização do licenciamento ambiental: o fomento às PPPs para a modernização da infraestrutura logística; a implantação de governança com foco na gestão eficiente dos recursos públicos.
- +Desenvolvimento de projetos regionais estratégicos por meio da organização de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais e

do incentivo ao desenvolvimento de cadeias de fornecedores locais: do acesso a mercados através de acordos de promoção comercial e de atração de investimentos; da instituição de um sistema de informações competitivas; e da adaptação da "Sala do Investidor" para as micro e pequenas empresas.

#### **FINANCIAMENTO**

- + Constituir Fundo Garantidor para viabilizar as PPP's. A sua viabilização poderá dar-se por meio de ativos, alienação de participações, imóveis e parte do montante da dívida ativa.
- + Incrementar o financiamento para o setor produtivo do Estado por meio do Badesul, do BRDE e do Banrisul, melhorando o acesso das empresas a recursos para investimento por meio da simplificação de processos e redução das dificuldades para financiar sua produção, venda e exportação, assim como pesquisa e desenvolvimento de novas cultivares.
- + Promover a atualização do Marco Regulatório das PPP's.
- + Priorizar Concessões, submetendo consulta à sociedade sobre a Concessão dos modais. Utilizar ao máximo as possibilidades de

financiamento de bancos internacionais de fomento.

#### **TURISMO**

- + Replicação e utilização de cases de sucesso, como a Serra Gaúcha. que demonstram a riqueza e o espaço para valorização do turismo no nosso Estado atraindo recursos não previstos na economia gaúcha sem que para isto seja necessário ampliar gastos públicos.
- + Promover a indústria do Turismo. cuias características têm elevado poder multiplicador de investimentos, distribuição de renda e geração de empregos, visto que se relaciona direta ou indiretamente com diversos setores. Ativar e dinamizar os empreendimentos que atuam no setor, com amplo apoio ao comércio, à hotelaria, à gastronomia, à produção especializada e artesanal, aos transportadores, às agências de viagens e quaisquer outras iniciativas para o desenvolvimento no setor, privadas ou públicas.
- + Apoiar o desenvolvimento e manutenção de infraestrutura básica e de serviços nos acessos e no entorno dos locais turísticos, enfatizando a sinalização, através de parcerias e convênios.
- + Incentivar ações de capacitação

de empresas e recursos humanos atuantes na área de turismo.

- + Atrair eventos com público de elevado potencial de gastos, a exemplo dos que já ocorrem na área médica, a partir de patrocínio, apoio à captação e até mesmo da promoção direta.
- + Promover a potencialidade turística do RS e a captação de eventos com destaque para a vocação de Porto Alegre e região metropolitana na realização de eventos nacionais e internacionais.

#### **HABITAÇÃO**

- + Enfrentar o déficit habitacional no Rio Grande do Sul por meio de programas que propiciem acesso das famílias à moradia, legalização da posse e crédito acessível para aquisição da propriedade urbana.
- + Estimular programas de regularização fundiária nos municípios, com emissão de certificados de propriedade para a população de baixa renda nos aglomerados urbanos.
- + Viabilizar programa de microcrédito habitacional junto a parceiros do sistema financeiro, apoiando a captação de recursos que serão destinados a famílias de baixa renda na construção e reforma de

casa em terreno próprio, melhorias e ampliações, com a parceria de agentes públicos e privados locais.

#### **EMPREGO E RENDA**

- + Fomentar o treinamento continuado ou o aprendizado para atender novas demandas, pois as mudanças tecnológicas implicarão novas formas de produção e, portanto, novas oportunidades de trabalho, mediante a celebração de parcerias com instituições de ensino superior e técnico, em especial com as integrantes do Sistema S.
- + Coordenar ações de atração de investimentos e fortalecimento de atividades econômicas conforme as vocações e carências das regiões para intensificar e universalizar a criação de postos de trabalho no Estado.
- + Melhorar a integração das entidades de apoio ao trabalhador (p.ex., FGTAS) com demais órgãos e entidades do setor de comércio, indústria e serviços. Investimentos que proporcionem maior proatividade e articulação entre essas entidades é fundamental para dinamizar o treinamento e recolocação de trabalhadores conforme a necessidades dos setores.



## **VAMOS RIO GRANDE** NO AMBIENTE E NA INOVAÇÃO

## MEIO AMBIENTE E ECONOMIA CAMINHANDO JUNTOS

Sustentabilidade é palavra-chave para o Rio Grande do Sul assegurar qualidade de vida às gerações atuais e futuras. Conservação dos recursos marinhos, gestão sustentável e equilibrada dos ecossistemas terrestres, maior acesso a energias limpas e renováveis, processos produtivos mais eficientes e menos poluentes são ações prioritárias para um Estado que se entende contemporâneo.

Inovar na área ambiental é dar agilidade e eficiência nos processos de licenciamento; instituir mecanismos e regras mais claras para que o empreendedor saiba exatamente o que precisa fazer e onde poderá desenvolver seu negócio, intensificar a fiscalização ambiental, implementar políticas e programas de educação e conservação, articular melhor as secretarias municipais com a estadual, aproximar a secretaria do Ambiente das demais secretarias, sobretudo a de Planejamento e a de Desenvolvimento Econômico.

Pelo lado da inovação, e fundamental criar ambiente que estimule o seu desenvolvimento, um sistema de apoio tecnológico e linhas de financiamento adequadas.

## AMBIENTE REGULATÓRIO E LICENCIAMENTO

- + Desburocratizar e dar maior agilidade e eficiência nos processos de licenciamento ambiental. As regras continuam obscuras e difusas, com prazos que permanecem descolados da realidade e dificultam novos empreendimentos. Propõe-se a adoção de ferramentas tecnológicas e de novos sistemas de concessão de licenças que permitam ao Rio Grande do Sul se tornar referência nacional no licenciamento ambiental.
- + Melhorar a articulação entre secretarias de Estado e secretarias de meio ambiente estadual e municipais. Investir em gestão e tecnologia ambiental, transversalizar as políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. Descentralizar: autonomia às se-



## NA INFRAESTRUTURA

## UM ESTADO MODERNO E COMPETITIVO

A carência do Estado em infraestrutura e sua pouca (ou nenhuma em determinados casos) capacidade de investir afeta diretamente a competitividade do setor produtivo e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

É fundamental ampliar a participação da iniciativa privada por meio de PPPs e concessões nos investimentos e na operação dos serviços para superar essas deficiências e recuperar a estrutura que possa proporcionar a retomada do crescimento.

O Estado deve preparar-se para exercer com eficiência a regulação e a fiscalização desses setores.

O desenvolvimento da oferta de plataformas logísticas com armazenagem e a maior integração entre os modais de transporte deve ser priorizado. é preciso, também, estimular a exploração sustentável dos recursos minerais abundantes no RS e o uso de outras fontes de energia, em especial as menos agressivas ao ambiente, como o gás natural, tanto pela possibilida-

de da sua obtenção a partir de biomassas (Biometano) ou do carvão mineral, matéria-prima abundante em nosso Estado.

A resolução de gargalos para atração de novos investimentos no setor de energia é igualmente estratégica para prover segurança energética, em especial modais renováveis como eólica, biomassa, hídrica e solar fotovoltaico.

Mas não basta apenas gerar energia: é preciso fazer com que esteja disponível a toda população gaúcha e universalizar o acesso do gás natural, ampliar as linhas de transmissão de energia elétrica e levar internet e energia trifásica ao campo.

#### PRIORIDADES

- + Implementar as políticas de estado para o setor de logística e infraestrutura previstas no PELT.
- + Priorizar investimentos em novos modais, cobrando os investimentos na rede ferroviária previstos na concessão vigente promovida pelo Governo Federal, bem como ampliar a capacidade ro-

doviária, por meio de concessões a iniciativa privada.

- + Prover segurança jurídica para investidores.
- + Conceder serviços de dragagem no Porto de Rio Grande.
- + Implementar melhorias no acesso ao Porto de Rio Grande. incluindo a conclusão da duplicação da BR-116 e criação de outros acessos ao Porto.
- + Estimular o desenvolvimento e modernização do transporte hidroviário.
- + Reforçar o sistema do planejamento energético.
- + Ampliar a participação do gás na matriz do Estado e diversificar as fontes de suprimentos.
- + Investir em saneamento básico, por meio de PPPs em prol da universalização e da melhoria da eficiência dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, micro e macrodrenagem. O saneamento básico representa dois grandes ativos para o desenvolvimento: de um lado o ativo humano, representado pela qualidade de vida da população; de outro, um potencial de investimento eco sustentável como base da expansão da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social do estado.



## NA EDUCAÇÃO

## GARANTIR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE A TODOS.

Um Estado que não valoriza a educação não vai a lugar algum. A educação transforma as pessoas e as capacita para transformar a sociedade. No Rio Grande do Sul, um dia foi assim. Já demos exemplo para o Brasil. É chegada a hora de resgatar esse passado e proporcionar às novas gerações uma educação de qualidade e eficiência. Precisamos que elas saibam ler, escrever, somar, multiplicar, dividir para ter a chance de conquistar um futuro por elas mesmas, por sua capacidade, pelo aprendizado que tiveram um dia e que no futuro irá proporcionar um papel ativo na sociedade que ajudarão a construir. A educação precisa estar conectada aos novos tempos e ao que a nova economia, a partir da revolução tecnológica rações que estamos formando na rede de ensino.

Recuperar o tempo perdido e refazer um sistema educacional que funcione de fato demandará a participação de todas as fontes de receita possíveis, parcerias estratégicas, sem preconceitos, precisará o engajamento da sociedade inteira. O equilíbrio que se busca nas contas públicas tem como foco atender com investimentos áreas de essencial atuação do Estado, como e o caso da educação. Mas a busca por fontes alternativas de recursos e de novas formas de gestão – em parceria com entidades sociais e iniciativa privada – também devem estar no foco do governo.

#### **PRIORIDADES**

- + Educação tendo como prioridade fundamental o aluno
- + Fortalecer e valorizar os profissionais da Educação. Eles são essenciais na formação dos novos cidadãos.
- + Compromisso de remuneração justa, com plano de carreira que estimule o ingresso de profissionais, priorize a progressão e considere o princípio da valorização profissional pelo mérito, a formação continuada e condições de trabalho justas para o desempenho profissional.
- + Formação continuada para

atualização de conhecimentos e aperfeiçoamento dos saberes, Trocas de experiências bem-sucedidas em gestão, inovação e parcerias estratégicas no modelo de Parcerias Público-Privadas (PPP). Convênios com parceiros estratégicos (universidades, institutos, sistema S e NTES) como meios para prover a formação continuada dos professores e melhoria da educação.

- + Escolas com ambiente físico e tecnológico que estimulem o ensino e a aprendizagem, com infraestrutura adequadas para o aumento da qualidade da Educação;
- + Educação para todos. É dever do Estado junto com a família, assegurar o direito à educação (ECA), com profissionais propositivos na consolidação da Educação Básica.
- + Aproximar a formação do aluno à realidade de uma sociedade contemporânea. Universalizar o acesso, promover a permanência e consolidar o sucesso do ensino com novas tecnologias/metodologias e trabalhando valores, competências e habilidades.
- + A rede de educação precisa ser planejada estrategicamente. Estabelecer metas e indicadores que consigam avaliar e proporcionar ações corretivas efetivas para a

melhoria da gestão da educação, otimizando a alocação de recursos, desburocratizando contratos, articulando Coordenadorias Regionais e Coredes, descentralizando discussões plurais e aproximando todos os atores do ensino, especialmente a relação escola-família;

- + Gestão tecnológica e busca de resultados. Usar as tecnologias para agilizar, otimizar, atualizar e dar transparência aos processos e projetos educacionais. Integração dos sistemas de gestão da educação no RS para obter mais rapidamente indicadores e diagnósticos que proporcionem o replanejamento das ações para alcançar melhores resultados nas avaliações externas (SAEB, SAERS, etc.) e a efetiva melhoria da qualidade da educação gaúcha.
- + Fortalecer as ações voltadas à primeira infância, apoiando aos municípios para o atingimento das metas de universalização de educação infantil.



## NA SAÚDE

#### UM ESTADO QUE SE PREOCUPA COM A SAÚDE E BEM-ESTAR DE TODOS OS GAÚCHOS

A Organização Mundial da Saúde define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade e a Constituição Federal Brasileira acentua que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Visto desta maneira, temos que a gestão da saúde pelo ente público deve ser ampla e sistêmica, não fragmentada como frequentemente é vista e conduzida. A missão do Estado gaúcho é esta: Investir nas melhores práticas de gestão da saúde pública, com uso de tecnologias modernas para agilizar o atendimento da população e garantir a universalização do acesso o mais perto possível da sua residência.

Sabemos das deficiências do Es-

tado em passar da teoria à prática. Mostramos a seguir o que acreditamos ser possível fazer para melhorar a entrega desse serviço e os métodos que podem nos fazer chegar ao nosso objetivo.

#### **PRIORIDADES**

- Redes de Atenção em Saúde
- Média e Alta Complexidade
- Assistência Farmacêutica
- Vigilância em Saúde
- Judicialização

#### REDES DE ATENÇÃO EM SAÚDE

+ Fortalecimento e Expansão dos Serviços de Saúde. Ampliar o acesso da população aos serviços de saúde, com redução de desigualdades regionais e aperfeiçoando a qualidade das ações e serviços prestados. Desse modo, os serviços devem ficar mais próximos dos usuários, com foco na qualidade, humanização e excelência da promoção, prevenção, atenção e recuperação das pessoas, por meio

da valorização dos profissionais de saúde, de uma gestão inteligente, da construção, reforma ou ampliação da infraestrutura e fazer uso da tecnologia da informação avançada, além da gestão compartilhada entre os entes federados;

- + Investir em Sistemas Integrados e Inteligentes de Gestão da Saúde. Para fortalecer a gestão do sistema de saúde, de forma consequente e profissional, utilizando-se de indicadores e tecnologia da informação (TI) para tomada de decisões estratégicas em saúde. Além disso, adotar melhores práticas de gestão, promovendo atividades de educação permanente, baseadas em protocolos com as melhores evidências disponíveis aos gestores, aos trabalhadores e aos prestadores de serviços para que seja usada adequada metodologia para qualificar os diferentes processos do cuidado em saúde para que se possa colocar o paciente certo no local certo, no momento certo, nas mais diferentes especialidades da área da saúde. Dessa forma, será possível otimizar a alocação de recursos, melhorando o gerenciamento de ofertas e demandas e diminuindo o tempo de espera para o cuidado continuado as consultas. exames e procedimentos;
- + SUS Conectado, Instituição do

Centro de Informações e Decisões Estratégicas em Saúde, com base em um sistema que congregue informações importantes e determinantes e condicionantes em saúde, com objetivo de tomar decisões estratégicas, para se obter resultados para melhorar a saúde da população. avançar na informatização da saúde, investir na arquitetura de software centralizada que possibilite a todo estabelecimento ou profissional de saúde acesso às informações referentes aos cidadãos atendidos em nosso território. Com o SUS Conectado, todo cidadão gaúcho terá seu prontuário acessado por um profissional de saúde em qualquer município do Rio Grande do Sul, de maneira que ele terá acesso a todas as suas evoluções, exames, medicamentos, vacinas, e qualquer tipo de atendimento de forma unificada.

+ Programa de Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde. Facilitar o acesso da população à atenção primária em saúde com qualidade e humanização, com profissionais qualificados e exames complementares que atendam aos protocolos dos atendimentos da Atenção Primária, além de equipamentos médico-hospitalares essenciais. O Estado deve também incentivar, através da rede de atenção primaria nos municípios, o au-



tocuidado e hábitos saudáveis, que reduzam a busca por atendimento clinico. Esse fortalecimento se dará através da Estratégia da Saúde da Família (ESF) e os Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF) que já mostraram resultados bastante positivos para redução das internações hospitalares e especialmente os atendimentos especializados desnecessários e evitam gastos com média e alta complexidade.

- + Programa de Fortalecimento da Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e Doenças Transmissíveis. Ampliar as ferramentas para controle e monitoramento, reduzindo os altos índices do RS mediante a qualificação da rede estadual de Prevenção, Diagnóstico, Tratamento e Profilaxia das pessoas e seus contactantes, principalmente que vivem com DST/AIDS, Tuberculose, Hanseníase e Hepatites.
- + Programa de Fortalecimento do Cuidado das Pessoas com Sofrimento em Saúde Mental e com problemas decorrentes do uso de drogas. Ampliar a rede especializada de cuidado em saúde mental, com estímulo ao aumento dos Centros de Atenção Psicossociais, ampliação no número de leitos psiquiátricos em hospitais gerais, matriciamento em saúde mental para

- os profissionais da rede de atenção primária para qualificar os trabalhadores para humanização do cuidado de pessoas nessa situação, além de tentar captar precocemente para o tratamento, articulando-se especialmente com as famílias, instituições de ensino e ambientes de trabalho.
- + Regulação, Controle e Auditoria. Qualificar a regulação de modo que esteja organizada em uma estrutura operacional voltada para garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada; garantir os princípios da equidade e da integralidade; fomentar o uso e a qualificação das informações dos cadastros de usuários, estabelecimentos e profissionais de saúde; elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação; diagnosticar, adequar e orientar os fluxos da assistência; construir e viabilizar as grades de referência e contrarreferência; capacitar de forma permanente as equipes que atuarão nos diferentes pontos da rede de cuidado em saúde; subsidiar as ações de planejamento, controle, avaliação e auditoria em saúde; subsidiar o processamento das informações de produção; e subsidiar a programação pactuada e integrada. Para tanto, é necessário ampliar a capacidade e a logística do Sistema de Regulação Estadual promo-

vendo integração on-line com as demais regulações municipais e os Núcleos Internos de Regulação dos Hospitais que tem contratualização direta com o Estado do Rio Grande do Sul ou mesmo com qualquer um dos 497 municípios gaúchos. Tudo isso de forma transparente, facilitando o controle e posterior auditoria de todos os processos.

- + Descentralizar e Desburocratizar o Acesso à Saúde. É preciso expandir e buscar a qualificação da rede pública em parceria com a rede privada. O Estado deverá aprimorar o monitoramento e a avaliação dos processos de gestão dos serviços regionalizados e contratualizados e deve estar mais próximo dos municípios, que é onde acontecem os cuidados de saúde e articular e harmonizar as relações entre os conselhos (de Saúde e de Secretários de Saúde...), os órgãos de classe e a sociedade civil;
- + Promover Políticas Efetivas para Modernizar o Setor da Saúde. por meio da qualificação da força de trabalho de profissionais da saúde, do apoio a pesquisas e produção científica em rede que resultem em soluções inovadoras para saúde humana (como o Projeto TELESSAÚDE), animal e ecossistemas. Apresentar linhas de crédito e incentivos para ampliação e

construção de serviços modernos e otimizados que resultem em um melhor acesso à saúde;

+ Redistribuição Equânime dos Leitos Hospitalares: A oferta de leitos nas regiões de saúde do Estado tem mostrado, historicamente, diferenças nas taxas de ocupação e uma criação de leitos sem a observação das necessidades epidemiológicas, o que provoca sobrecarga de algumas regiões e desperdício de recursos e equipamentos. É fundamental uma ampla discussão com os Conselhos de Saúde, Conselho de Secretários de Saúde a Associação de Prefeitos para promover uma redistribuição dos leitos já existentes, aproveitando as estruturas em funcionamento, especialmente no interior.

#### MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

+ Especialidades: A atenção especializada no âmbito do SUS, de média e alta complexidade, caracteriza-se por um conjunto de procedimentos, cujo objetivo é propiciar à população o acesso aos serviços de maior densidade tecnológica e alto custo, com necessidade de pessoal especializado, integrando-se aos demais níveis de atenção à saúde. Diante desse cenário, o desafio é avançar nas renegociações das pac-

tuações regionais em parceria com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde, fortalecendo as redes de atenção à Saúde e as formas de regramentos do SUS, baseadas em critérios técnicos e administrativos, em protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas;

- + Regionalização e Hierarquização das Ações de Saúde. Especialmente em média e alta complexidades são cruciais, tanto para conferir maior racionalidade e otimização dos recursos do SUS, quanto para garantir a integralidade da assistência. Através de ampla reestruturação do processo de trabalho do complexo regulador, priorizando a utilização da ferramenta da Telerregulação que tem como objetivo auxiliar os profissionais ligados às Equipes de Saúde para alcançar maior autonomia e capacidade resolutiva;
- + Urgências e Emergências. Promover melhoria do acesso e da qualidade do atendimento na rede de urgência e emergência, através da modernização, da readequação e da melhoria do quantitativo de recursos humanos, criando condições para a implantação do Plano de excelência de atendimento. O perfil de funcionamento desses serviços deve ser integrado a um modelo assistencial que incorpore a promoção e a prevenção, a atenção primária em saúde, o pré-hos-

pitalar móvel, as UPAS, as portas de entrada hospitalares de urgência, as enfermarias de retaquarda aos atendimentos (leitos clínicos resolutivos, unidades de cuidado intensivo e leitos de longa permanência), as inovações tecnológicas nas linhas de cuidado prioritárias (infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral e trauma) e o Programa Melhor em Casa, além de garantir acesso rápido a exames e implantação do acolhimento com classificação de risco, orientado para o atendimento do paciente no menor tempo, priorizando a gravidade, e não a ordem de chegada, possibilitando, de forma ágil e efetiva, prover os cuidados necessários ao tratamento. Este processo, obrigatoriamente também passa pela qualificação da rede de referência e contrarreferência, entre as estruturas de saúde de diferentes complexidades, organizando e aprimorando os critérios de encaminhamentos com agendas entre as unidades.

#### **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

+ Qualificação e Padronização da Relação de Medicamentos Essenciais. visa à qualificação dos serviços de assistência farmacêutica, o desenvolvimento e a valorização de recursos humanos, além da garantia de acesso e promoção do uso racional de medicamentos, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o consumo, atendendo aos preceitos da Portaria MS no 3.916/98, que institui a Política Nacional de Medicamentos. Nesse sentido, a Relação de Medicamentos Essenciais gaúcha deve integrar-se com as dos municípios;

- + Organização: a gestão da assistência farmacêutica no Estado do Rio Grande do Sul deve ser organizada de forma hierarquizada e descentralizada, não esquecendo da eficácia, da segurança e especialmente da agilidade para que deixe de faltar medicamentos que levam as pessoas a reinternações desnecessárias e aumentam a demanda nas portas de emergências e especialmente o gasto e retrabalho no SUS. A nova organização deve estar atenta a todas as fases para adequada Assistência Farmacêutica em nível estadual, desempenhando suas funções de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos;
- + Uso Racional de Medicamentos: o trabalho desempenhado pela assistência farmacêutica estadual deve estar relacionado diretamente aos processos de gerenciamento da informação e dos recursos

humanos, promoção do uso racional de medicamentos e às ações de fármaco-vigilância, garantindo o uso racional de medicamentos e o acesso da população a medicamentos eficazes e seguros.

#### **VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

- + Ações em Âmbito Estadual. Coordenar as ações de vigilância em saúde no âmbito de seus limites territoriais e de acordo com as políticas, diretrizes e prioridades estabelecidas mediante a construção de agendas estratégicas, com objetivos claros e bem definidos, investindo na consolidação de processos de gestão e planejamento, aprimoramento das informações e monitoramento sistemático de resultados.
- + Prevenir Riscos à Saúde. A vigilância sanitária é composta por um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, e de intervir em toda a cadeia produtiva de bens e servicos que estão relacionados com a saúde e articulação de conhecimentos e técnicas entre as vigilâncias (epidemiológica, em saúde ambiental, saúde do trabalhador e sanitária). Sua integração com a atenção Primária à Saúde é condição obrigatória para a construção da integralidade na atenção e para o alcance de resultados, incluindo os servicos de

média e alta complexidade, contribuindo para uma maior racionalidade do atendimento integral. É fundamental que as ações da vigilância sanitária possam intervir ainda mais nos riscos de agravos à saúde, por meio de ações preventivas e promotoras da saúde, contribuindo, desta forma, para a melhoria da qualidade de vida da população. Todo esse processo deve estar integrado ao SUS Conectado para que seja ágil e eficiente;

- + Vigilância Sanitária. Conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços do interesse da saúde. Abrange o controle de bens de consumo, que direta ou indiretamente se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo, e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde;
- + Vigilância em Saúde Ambiental. Conjunto de ações e serviços que propiciam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de promoção à saúde, prevenção e

monitoramento dos fatores de riscos relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde;

- + Vigilância Epidemiológica. Vigilância e controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos, como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos à saúde;
- + Vigilância em Saúde do Trabalhador. Conjunto de ações que visam à promoção da saúde e à redução da morbimortalidade da população trabalhadora, por meio da integração de ações que intervenham nos agravos e seus determinantes decorrentes dos modelos de desenvolvimento, de processos produtivos e de trabalho.
- + Vigilância em Saúde Animal.

#### PREVENIR A JUDICIALIZAÇÃO

+ Mediação Extrajudicial: É preciso evitar que as pessoas ou famílias tenham que recorrer ao poder judiciário para ter suas necessidades de saúde atendidas. Para isso a Defensoria Pública, Ministério Público e Ordem dos Advogados

do Brasil, em conjunto com a Secretaria de Saúde do Estado e os municípios precisam dialogar através de uma Câmara de Mediação para atuar no sentido de evitar ações judiciais, que são mais onerosas e desgastantes para todos envolvidos. O desafio é conseguir distinguir uma ação judicial em que o Estado ou o Município deveria efetivamente fornecer determinado procedimento e não o faz, daquela que ainda precisa mais evidências científicas, como é o caso de alguns medicamentos que não estão autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou ainda, procedimentos no exterior que poderiam ser feitos no país:

- + Relação Direta com o Poder Judiciário. Em face das crescentes demandas judiciais e dos seus impactos significativos no Sistema Único de Saúde é fundamental a aproximação da Secretaria Estadual de Saúde, em conjunto com os municípios, do Poder Judiciário para construção de normas técnicas que venham ao encontro do interesse individual à saúde, como é colocado pela constituição brasileira, mas também entender o interesse coletivo de decisões que podem deixar tantas outras pessoas e famílias sem acesso aos cuidados necessários;
- + Saúde Baseada em Evidências. É crescente o desenvolvimento de

novos tratamentos, especialmente na introdução de medicamentos e tecnologias duras para cuidado da saúde das pessoas, no entanto, cada uma delas está em estágio diferente de evolução e devem obrigatoriamente ter uma avaliação detalhada de eficiência, eficácia e custo-efetividade, respeitando as instâncias técnicas de aprovação junto ao Ministério de Saúde. Para tanto é fundamental que o Estado do Rio Grande do Sul oficialize um grupo de trabalho, com apoio das universidades e seus grupos de pesquisas, para elaboração de notas técnicas e pareceres com base nas melhores evidências científicas, que subsidie o judiciário nas suas decisões na hora de conceder tratamentos:

+ Enfrentamento às Fraudes: Necessário uma forca tarefa dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em conjunto com o Controle Social, a iniciativa privada, que através dos planos de saúde sofrem com atitudes fraudulentas. e as universidades para promover medidas que inibam a cobrança de preços indevidos e práticas ilegais em procedimentos de alto custo especialmente. Para isso, é necessário a adocão e publicização de protocolos clínicos com indicação clara do uso de cada procedimento ou material e discutir junto ao Ministério da Saúde.

## NA SEGURANÇA

#### **RUMOS PARA UM RS SEGURO**

Os níveis de violência cresceram assustadoramente nos últimos dez anos no Rio Grande do Sul. Reduzi-los e converter a sensação de medo em sentimento de segurança pública é um dos maiores desafios do próximo governador do Estado. O gaúcho não aceita mais essa realidade.

Mas para mudá-la não basta apenas a atuação dos órgãos de segurança. Precisamos de ações que envolvam toda a sociedade.

Necessitamos da atitude integrada dos governos municipal, estadual e federal, da valorização e motivação dos servidores para que exerçam com eficiência seu papel de zelar pela nossa proteção e de estratégias de gestão voltadas para resultados.

É preciso ainda agregar a esse propósito políticas de prevenção, repressão qualificada, inteligência inovadora, de atendimento ao cidadão e reinserir o infrator na sociedade.

O combate ao crime não pode se restringir à reação ao crime, mas

em atuar nas suas causas e engajar a sociedade nessa luta. As forcas de segurança devem valer-se da colaboração do setor privado e das entidades de assistência social.

É necessária mais eficiência no direcionamento dos recursos e potencializar o uso de tecnologias modernas de identificação, monitoramento e controle da criminalidade. E ainda investir na recuperação e ressocialização de quem infringe a lei e descartar modelos obsoletos. sabidamente fracassados.

#### **PRIORIDADES**

• PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA.

As ações de prevenção primária deverão empregadas, ser prioritariamente, nas áreas de maior vulnerabilidade social, assim como naqueles locais em que os indicadores de criminalidade se apresentem mais elevados, inclusive com Programas de Mediação de Conflitos. Ademais, locais deverão nestes fortalecidos os serviços públicos de educação, saúde, segurança, habitação, saneamento, esporte e

lazer, geração de emprego/renda e de Defesa Civil (Bombeiros). Serão, ainda, induzidas ações similares de responsabilidade dos Municípios, além daquelas que transmitem uma maior sensação de segurança como, por exemplo, iluminação pública, pavimentação, limpeza e manutenção de parques, praças e áreas públicas destinadas ao esporte e lazer. O Estado, e não apenas a segurança, deverá estar presente, de modo permanente e não apenas reativo, nestas comunidades, envolvendo fomentando participação da comunidade. atraindo investimentos empresariais e oferecendo alternativas e oportunidades (atrativas) aos iovens.

 INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES. Instituir áreas integradas de segurança pública, com base em estratégia geotécnica de posicionamentos dos Órgãos Policiais, considerando, além dos indicadores de criminalidade, a população, a identidade cultural, as características econômicas. urbanísticas, rurais e viárias, dentre outros. Desta maneira, os trabalhos policiais, de prevenção da violência e de repressão qualificada, serão sistematizados em áreas integradas, facilitando e otimizando o processo de integração e colaboração das ações policiais.

 GESTÃO PÚBLICA PARA RESULTADOS. Serão construídas, com a participação ativa e o comprometimento dos servidores das Polícias Militar e Civil, metas e indicadores de desempenho. individuais e conjuntos, além de serem desenvolvidos planos específicos para potencializar os resultados positivos e reduzir a criminalidade. Será instituído um modelo de governança, com reuniões periódicas para a análise e acompanhamento permanente dos desempenhos, gerando e sistematizando relatórios de informações precisas e atualizadas, além de identificar as melhores práticas. Serão estabelecidas. também, metas e indicadores específicos para as áreas pericial, penitenciária e de defesa civil (bombeiros). Precisamos, ainda. fortalecer os gabinetes de gestão integrada, garantindo a participação dos diferentes órgãos e esferas de governo.

#### •VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL.

Valorizar os servidores da segurança pública para que os mesmos possam desempenhar, em sua plenitude, as suas funções de zelar pela segurança dos gaúchos, reforcando a confianca de que eles podem fazer a diferença.

Enfrentar, com responsabilidade, a necessidade da recomposição dos efetivos, remuneração adequada e recursos materiais necessários para o desempenho de suas funções. Fomentar 0 aprimoramento técnico e intelectual, valorizar as boas práticas e aproveitar as capacidades específicas. Cuidar da saúde física e mental dos servidores, além de buscar a permanente melhoria das imagens institucionais, fortalecendo a ideia de pertencimento. Buscar meios de implementação da meritocracia.

• INTELIGÊNCIA, INOVAÇÃO e TIC. Precisamos adotar o sistema de cidades inteligentes (monitoradas virtualmente) na segurança pública, com a utilização de tecnologias modernas (cercamento eletrônico; videomonitoramento; hot spots<sup>1</sup>, modernização das perícias, drones, comunicação digital; informatização; ocorrências georreferenciadas; bloqueador de telefonia móvel e detector de metal nos estabelecimentos prisionais, dentre outros) por agentes capacitados. Gerando e sistematizando dados de inteligência, com informações oportunas e precisas, será possível direcionar, com rapidez, os recursos humanos e materiais para aqueles locais onde os indicadores de criminalidade se apresentarem

mais acentuados, em especial para o desenvolvimento de ações de prevenção.

- REPRESSÃO QUALIFICADA À CRIMINALIDADE. Combater a Corrupção em todas as suas formas, possibilitando a convivência em uma sociedade mais transparente e íntegra, livre deste tipo de desvio de conduta que se mostra como um grande obstáculo para o desenvolvimento social (10° Princípio do Pacto Global - ONU). Instituir, ainda, um Programa de Integridade, com a avaliação de riscos, objetivando minimizar as oportunidades para a prática da Corrupção. Fortalecer a Estratégia da Repressão Qualificada aos Homicídios (ERQH), aumentando a resolutividade dos crimes, buscando o fortalecimento desta estratégia junto aos Poderes e Instituições que integram o Sistema de Justiça Criminal. Reprimir o Tráfico de Drogas, a Lavagem de Dinheiro, o Crime Organizado (inclusive o fenômeno das "Faccões"), e implementar uma política de controle das armas de fogo. Qualificar o Inquérito Policial e modernizar e agilizar as perícias.
- EXCELÊNCIA NO ATENDIMEN-TO AO CIDADÃO. Implementar o novo Sistema de Registro de Ocorrências (OCR) e ampliar a Delegacia

On-Line (DOL). Qualificar, com agilidade e eficiência, o atendimento ao cidadão. Medir e reduzir o prazo para a conclusão das perícias. Disponibilizar, com foco na prevenção, os dados de criminalidade.

• REINSERCÃO SOCIAL. Empreender esforços para a redução significativa do déficit de vagas do Sistema Prisional, criando novas vagas, em estabelecimentos modernos e adequados para o cumprimento das penas. Fortalecer o controle interno dos estabelecimentos prisionais, reprimindo as "facções criminosas". Oportunizar a reinserção social dos apenados e dos egressos, por meio de programas específicos de inclusão social. Instituir e implementar um sistema eficiente de acompanhamento e controle dos regimes semiaberto e aberto, visando a redução dos índices de reincidência criminal. Aprimorar as condições de trabalho dos servidores penitenciários. Fomentar PPP's na construção de casas e manutenção de estabelecimentos prisionais.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>Áreas onde há maior concentração de criminalidade

## NO ESPORTE E LAZER, NA INCLUSÃO SOCIAL E NA CULTURA

#### **CULTURA, ESPORTE E LAZER COMPLETANDO O BEM-ESTAR DOS GAÚCHOS**

Inclusão social, cultura, esporte e lazer são temas que complementam as diretrizes segurança, saúde educação. Quantos jovens não acabam se afastando da marginalidade e do narcotráfico, se aproximando da escola e fortalecendo a sua saúde através da prática de atividades esportivas ou culturais? Quantos futuros não são comprometidos por falta de oportunidades ocasionadas por injusticas sociais?

Políticas e programas de governo dedicados a estes temas podem ser vistos como ferramentas para agregar qualidade de vida a toda a sociedade gaúcha. Assim como as demais pastas, requer planejamento estratégico, medindo e estudando indicadores para dimensionar e executar as melhores estratégias.

Novos rumos representam uma aestão mais eficiente e melhor coordenada com as esferas municipais e federais, buscando

estratégicas parcerias entidades públicas e privadas para dar-lhes melhor sustentação, e alocando os recursos com equidade e transparência ao reconhecer as transversalidades e o papel de cada um destes temas para proporcionar o bem-estar social de todos os aaúchos.

#### **PRIORIDADES**

+ Estabelecer planejamento estratégico para as áreas. Mapearemos as potencialidades e carências das diferentes regiões do Estado e, assim, junto com os Coredes, adequaremos as melhores estratégias a serem adotadas para suprir demandas ou apoiar o desenvolvimento das vocações regionais voltadas à cultura, esporte e lazer em suas diferentes tipificações concatenadas à inclusão social. A atuação preferencial do Estado deverá dar-se na condição de agente estratégico no processo de maximização do uso dos recursos (especialmente advindos pelas leis de incentivo), catalisando investimen-

tos em nível nacional e internacional, e não na área de produção. Mais na área de coordenação, fomento e articulações para viabilizar projetos de cultura, esporte e lazer, e menos na execução das atividades;

- + Buscar novos modelos de fomento à cultura, esporte e lazer. Em acréscimo aos recursos públicos destinados a estas áreas, criaremos ou aperfeiçoaremos mecanismos para fomentar programas e atividades culturais, esportivas e de lazer de forma integrada com os municípios. Neste sentido, o governo estadual buscará estimular a colaboração de empresas privadas e sociedade em geral por meio de programas e incentivos tributários, bem como tornando mais efetivas as leis de incentivo e fundos de apoio já instituídos. Atuará de forma mais proativa nas articulações junto ao governo federal bem como no fomento através de seus órgãos vinculados, especialmente na maior transparência e equidade na distribuição de recursos advindos de apoio das entidades que compõem o sistema financeiro estadual:
- + Apoiar o empreendedorismo na cultura, esporte e lazer. Em acréscimo ao papel da cultura, esporte e lazer em termos de benefícios à qualidade de vida, o aspecto eco-

- nômico das suas atividades precisa também ter o seu reconhecimento e estímulo por parte do governo do Estado. Retomaremos programas de apoio à criação cultural e prática esportiva de alto rendimento, estimulando também a qualificação profissional:
- + Oferecer condições adequadas para as práticas. As diferentes modalidades esportivas, culturais e de lazer precisam contar com infraestrutura adequada. Isso implica em instituir programas de manutenção preventiva, melhorias incrementais contínuas e gestão mais eficiente dos espaços públicos culturais, esportivos e de lazer. Buscaremos a ampliação e a melhoria da oferta de equipamentos e recursos através de parcerias com o setor privado, destacando os convênios com institutos, centros e clubes;
- + Justiça social é dar equidade no tratamento a todos. A pluralidade e multiplicidade nos acompanham desde a nossa constituição, através dos diferentes povos que colonizaram o Rio Grande do Sul no decorrer de sua história. Segregar oportunidades e direitos por motivações raciais, de gênero, de classes sociais, etárias, enfim, por qualquer parâmetro é inadmissível na sociedade contemporânea, sendo dever do Estado criar, fortalecer

e disseminar ações que combatam essas práticas. O acesso não discriminatório a oportunidades e direitos será fortalecido por meio de vigilância permanente do governo estadual, fortalecida por campanhas educativas permanentes e incisivas, com apoio de organizações, especialmente nas escolas.





COLIGAÇÃO RIO GRANDE DA GENTE (PSDB/PTB/PRB/PPS/PHS/REDE/PP)

